

als

ly

[Handwritten signature]

unr

[Handwritten signature]

ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

APPIA – ASSOCIAÇÃO PRÓ-PARTILHA E
INSERÇÃO DO ALGARVE

ANO: 2023

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	3
3.1	Bases de mensuração.....	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	10
5	Activos Fixos Tangíveis	10
6	Custos de Empréstimos Obtidos	10
7	Inventários	11
8	Rédito	11
9	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	12
10	Imposto sobre o Rendimento	12
11	Benefícios dos empregados	12
12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	12
13	Outras Informações.....	13
13.1	Investimentos Financeiros	13
13.3	Clientes e Utentes	13
13.4	Outras contas a receber.....	13
13.5	Diferimentos	14
13.6	Caixa e Depósitos Bancários	14
13.7	Fundos Patrimoniais.....	14
13.8	Fornecedores	14
13.9	Estado e Outros Entes Públicos.....	15
13.10	Outras Contas a Pagar	15
13.11	Subsídios, doações e legados à exploração	16
13.12	Fornecimentos e serviços externos.....	16
13.13	Outros rendimentos e ganhos.....	16
13.14	Outros gastos e perdas	17
13.15	Resultados Financeiros.....	17
13.16	Acontecimentos após data de Balanço	17

1 Identificação da Entidade

Designação da Entidade: APPIA – ASSOCIAÇÃO PRÓ-PARTILHA E INSERÇÃO DO ALGARVE

Sede Social: URBANIZAÇÃO SANTO ANTÓNIO DO ALTO, RUA RAUL DE MATOS LOTE 72
CAVE

NIPC: 507668677

NISS: 20018458784

Endereço eletrónico: ba.algarve @bancoalimentar.pt

Natureza da Atividade: Atividades contra o desperdício de produtos alimentares, encaminhando-os para distribuição gratuita às pessoas carenciadas.

Handwritten notes and signatures on the right margin, including a large signature and the letters "WS" and "#F".

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 A APPIA – ASSOCIAÇÃO PRÓ-PARTILHA E INSERÇÃO DO ALGARVE apresenta as suas demonstrações financeiras de harmonia com o Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março, que aprovou o regime de normalização contabilístico para as entidades do sector não lucrativo (ESNL).

2.2 Indicação e justificação das disposições do ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogados. No presente período económico não foram derogadas quaisquer disposições do ESNL.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de mensuração

As bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os registos contabilísticos da Instituição e os critérios e pressupostos contemplados nas normas contabilísticas e de relato financeiro, usando o critério base do custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente ao longo do período económico.



3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.





3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

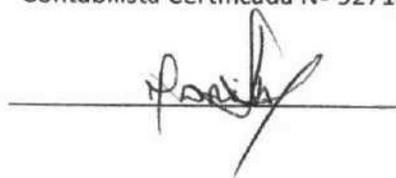
A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

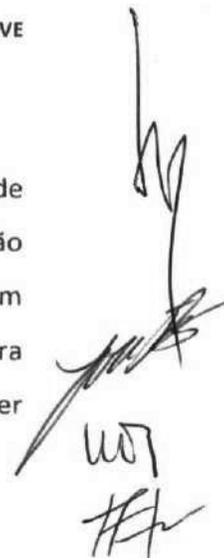
Presidente da Direcção



5
Contabilista Certificada Nº 92718



AhS



3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

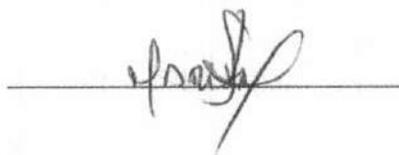
Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registados como gastos do exercício em que ocorram.

- a) Os ativos fixos intangíveis estão valorizados ao custo histórico e foram originalmente registados ao custo de aquisição.
- b) Os métodos de depreciação usados são os das quotas constantes.
- c) As taxas de depreciação usadas foram as que constam nas Portaria nº737/81, no Decreto Regulamentar nº 2/90 e Decreto Regulamentar nº 25/2009.



3.2.5 Investimentos financeiros

Os custos suportados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como gasto no período a que se referem.

3.2.6 Inventários

As matérias-primas encontram-se mensuradas pelo valor custo médio ponderado.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados e ou membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Utentes e outras contas a Receber

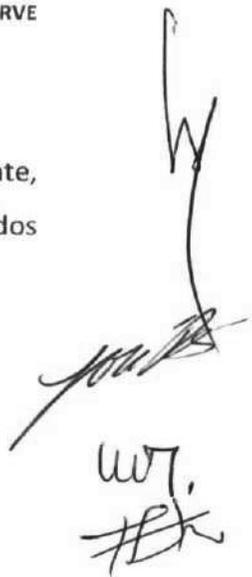
Os utentes e as Outras contas a receber encontram-se registadas pelo seu custo.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data do Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica Caixa e depósitos bancários inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Ahs

Handwritten signature and initials, possibly 'W' and 'H', with some scribbles.Handwritten signature of the President of the Board.Handwritten signature of the Certified Accountant.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica Fundos constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os Fundos Patrimoniais são compostos por fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade;

3.2.9 Provisões

Anualmente, a Instituição analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Instituição não reconheceu nenhuma Provisão tendo como base que não existe nenhuma obrigação presente resultante de um evento passado.

3.2.10 Financiamentos Obtidos**Empréstimos obtidos**

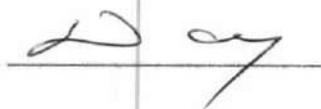
Não aplicável, a Instituição não contraiu qualquer financiamento.

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;



c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

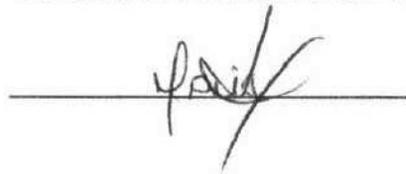
a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC. Não se aplica, a instituição não desenvolve atividades no sector lucrativo.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de 8 anos (dez anos para a Segurança Social, a partir de 2014, inclusive, e cinco anos a partir de 2019), exceto quando estejam em curso inspeções,



AHS



W7



reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2019 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2023	
	Saldo inicial	Saldo final
Terrenos e recursos naturais	13.261,85	13.261,85
Edifícios e outras construções	119.289,72	119.289,72
Equipamento básico	212.191,89	218.188,92
Equipamento de transporte	193.085,54	193.085,54
Equipamento administrativo	16.489,34	18.540,94
Outros Activos fixos tangíveis	6.892,48	20.045,70
Total	561.210,82	582.412,67

Outros Activos Intangíveis

Não Aplicável

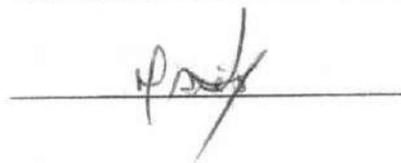
6 Custos de Empréstimos Obtidos

Não Aplicável

Presidente da Direcção



10
Contabilista Certificada N.º 92718



7 Inventários

Em 31 do mês 13 de 2022 e de 2023 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2022			2023			
	Inventário inicial	Doações em Espécie	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Doações em Espécie	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias				217.470,60			257.309,52
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo							
Produtos acabados e intermédios							
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos							
Produtos e trabalhos em curso							
Total				217.470,60			257.309,52
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas							
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas							

8 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2023
Prestação de Serviços		
Quotas e joias		
Angariação de fundos		
Subsídios	1.545.420,14	600.975,20
Rendimentos de patrocinadores e colaborações		
Donativos	3.067.221,39	2.507.505,36
Outros rendimentos e ganhos	34.319,31	689,19
Dividendos		
Total	4.646.960,84	3.109.169,75




9 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**Provisões**

Não Aplicável

10 Imposto sobre o Rendimento

Apuramento do Resultado Líquido do Exercício:

Descrição	Atividade Isenta	Resultado Total
Resultado 2023	32.343,90	32.343,90

11 Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos são remunerados.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2022 foi de 17 e a 31/12/2023 foi de 23 colaboradores.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2023
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao pessoal	198.956,21	224.400,83
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre as Remunerações	34.793,13	40.314,77
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais		
Gastos de Ação Social		
Outros Gastos com o Pessoal	1.674,82	2.691,05
Total	235.424,16	267.406,65

12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

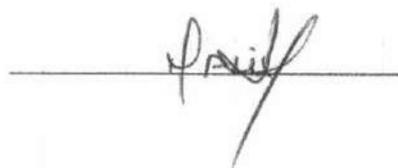
A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12

Presidente da Direcção

Contabilista Certificada Nº 92718

13 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2023, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2022	2023
Investimentos Financeiro	1.766,17	2.042,05

13.3 Clientes e Utentes

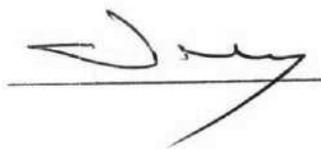
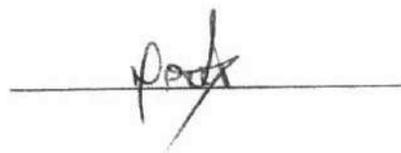
Para os períodos de 2022 e 2023 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

“Não aplicável”

13.4 “Outras contas a receber”

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2022 e 2023, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2023
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	55.981,00	97.331,37
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	0,00	0,00
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	55.981,00	97.331,37

AHS



13.5 Diferimentos

“Não se aplica”

13.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2022 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2023
Caixa		
Depósitos à ordem	157.077,23	126.036,69
Depósitos a prazo		
Outros		
Total	157.077,23	126.036,69

13.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundo	176.708,03			176.708,03
Excedentes técnicos				0,00
Reservas	19.334,20			19.334,20
Resultados transitados	293.436,85	24.209,34		317.646,19
Excedentes de revalorização				0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	46.681,70			46.681,70
Total	536.160,78	24.209,34	0,00	560.370,12

13.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2023
Fornecedores c/c	3.165,66	-418,45
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	3.165,66	-418,45




13.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2023
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)		
Consignação IRS		
Outros Impostos e Taxas (Reembolso IVA)		2.423,41
Total		2.423,41
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	320,80	236,80
Segurança Social	3.637,70	3.889,46
Outros Impostos e Taxas		
Total	3.958,50	4.126,26

[Handwritten signature]
 WOT
 #H

13.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2023	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar				
Cauções				
Outras operações				
Perdas por imparidade acumuladas				
Fornecedores de Investimentos				
Credores por acréscimo de gastos		19.043,94		28.916,09
Outros credores		36.373,74		28.790,99
Total		55.417,98		57.707,08

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

13.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2023, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2023
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1.545.420,14	600.975,20
Subsídios de outras entidades		
Doações e heranças	3.067.221,39	2.507.505,36
Legados		
Total	4.612.641,53	3.108.480,56

13.12 Fornecimentos e serviços externos

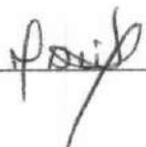
A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2023, foi a seguinte:

Descrição	2022	2023
Subcontratos		
Serviços especializados	86.499,87	86.116,17
Materiais	7.545,07	11.080,13
Energia e fluidos	28.053,63	5.818,81
Deslocações, estadas e transportes	45.234,86	42.004,95
Serviços diversos	30.020,48	7.705,98
Total	197.353,91	152.726,04

13.13 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2023
Rendimentos Suplementares		
Descontos de pronto pagamento obtidos	3,36	
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários	31.281,01	326,38
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	3.000,00	
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		
Outros rendimentos e ganhos	34,94	362,61
Total	34.319,31	688,99

AHS

13.14 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2023
Impostos		
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		188,95
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros		
Gastos e perdas investimentos não financeiros		
Outros Gastos e Perdas	4.140.903,66	2.621.422,66
Total	4.140.903,66	2.621.611,61

Handwritten signature and initials: AHS, W, H, H.

13.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2023 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2023
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	63,67	27,70
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento		
Total	63,67	27,70
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos		
Dividendos obtidos		
Outros Rendimentos similares		
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	0,00	0,00

13.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Handwritten signature of the President of the Board.

Handwritten signature of the Certified Accountant.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do nº. 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

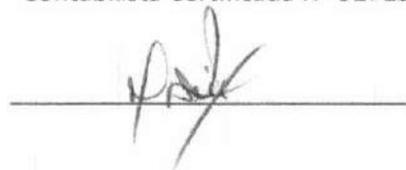
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho Administrativo/Administração em 26 de Março de 2024.

Faro, 26 de Março de 2024

Presidente da Direcção



Contabilista Certificada Nº 92718



APPIA - ASSOCIAÇÃO PRÓ-PARTILHA E INSERÇÃO DO ALGA

F *AhS*
W
W
#

Moeda: EUR
 Contribuinte: 507668677

Demonstração dos resultados por naturezas em 13 de 2023
 (ESNL)

Rendimentos e Gastos	Notas	2023	2022
Vendas e serviços prestados		0,00	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração		3 108 480,56	4 612 641,53
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-152 726,04	-197 353,91
Gastos com o pessoal		-267 406,65	-235 424,16
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		689,19	34 319,31
Outros gastos		-2 621 611,61	-4 140 903,66
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		67 425,45	73 279,11
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-35 053,85	-49 006,10
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		32 371,60	24 273,01
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		-27,70	-63,67
Resultado antes de impostos		32 343,90	24 209,34
Impostos sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		32 343,90	24 209,34

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência _____

O Contabilista Certificado _____



APPIA - ASSOCIAÇÃO PRÓ-PARTILHA E INSERÇÃO DO ALGA

Contribuinte: 507668677

Moeda: EUR

BALANÇO (Individual ou consolidado) em 14 de 2023

Rubricas	Notas	2023	2022
ATIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		169 404,92	183 256,92
Investimentos financeiros		2 042,05	1 766,17
Subtotal		171 446,97	185 023,09
Activo corrente			
Inventários		257 309,52	217 470,60
Estado e outros entes públicos		2 423,41	7 360,94
Outros ativos correntes		97 331,37	55 981,00
Caixa e depósitos bancários		126 036,69	157 077,23
Subtotal		483 100,99	437 889,77
Total do ativo		654 547,96	622 912,86
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		176 708,63	176 708,63
Reservas		19 334,20	19 334,20
Resultados transitados		317 646,19	293 436,85
Ajustamentos / Outras variações de fundos patrimoniais		46 681,70	46 681,70
Subtotal		560 370,72	536 161,38
Resultado líquido do período		32 343,90	24 209,34
Total dos fundos patrimoniais		592 714,62	560 370,72
Passivo			
Passivo não corrente			
Subtotal		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		0,00	3 165,66
Estado e outros entes publicos		4 126,26	3 958,50
Outros passivos correntes		57 707,08	55 417,98
Subtotal		61 833,34	62 542,14
Total do Passivo		61 833,34	62 542,14
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		654 547,96	622 912,86

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência _____

O Contabilista Certificado _____

ALS

Handwritten signatures and initials on the right side of the page, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

